

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS INOVADORAS NA GRADUAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS

MARIA DAISE TASQUETTO RECH

LINGUAGEM: O PRECONCEITO POR TRÁS DAS PALAVRAS – UMA ANÁLISE DE
TERMOS QUE EXPRESSAM O RACISMO

CURITIBA

2015

MARIA DAISE TASQUETTO RECH

LINGUAGEM: O PRECONCEITO POR TRÁS DAS PALAVRAS – UMA ANÁLISE DE
TERMOS QUE EXPRESSAM O RACISMO

Trabalho apresentado como requisito parcial
à conclusão do Curso de Especialização em
Educação das Relações Étnico-Raciais –
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros –
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Suzete de Paula
Bornatto

CURITIBA

2015

"Quando você se defrontar com argumentos cheios de remorsos de que não existe discriminação racial no Brasil, que o preconceito contra o negro é social e que os negros são complexados, pergunte ao interlocutor cheio de culpas... se ele já passou um dia de negro."

Arnaldo Xavier¹

¹ Arnaldo Xavier, escritor negro do grupo Quilombo hoje. Fonte: BENTO, 2003, p. 53.

RESUMO

O conceito de raça surgiu no século XVIII, como sendo inerente a espécie humana e decorrente de “pesquisas científicas”, com a finalidade de excluir e dominar. No século XIX reafirmou-se o racismo científico em consequência de teorias raciais que acrescentaram critérios morfológicos para salientar as desigualdades entre os seres humanos por meio do conceito de “raça” classificou-se a humanidade. Devido a esses estudos, ainda hoje é perceptível que, a linguagem tem sido profundamente marcada pela cultura preconceituosa e pode denotar que os próprios vocábulos, estruturas e entonações da língua trazem consigo uma história carregada de sentidos culturais e políticos. Por meio da linguagem, apresentam-se discursos racistas que reafirmam por séculos, a imagem social dos negros, em grande maioria, em papéis sociais subalternos, sendo definidos a partir de um ponto de vista europeu. Diante desses apontamentos, tornou-se necessário refletir sobre o preconceito existente por trás das palavras. Para tanto, o presente trabalho objetivou analisar o papel da linguagem, na construção de modelos e padrões de representações sociais da branquidade normativa frente à sociedade brasileira, através da utilização de termos que expressam o racismo existente em seu cotidiano e no ambiente escolar. Tendo em vista que a língua permeia toda e qualquer relação humana e pode estar em toda e qualquer esfera da comunicação, transmitindo valores e sentidos, a pesquisa demonstrou que a linguagem colabora para que se perpetue o conceito de branquidade normativa.

Palavras-chave: Linguagem; Língua; Identidade e Consciência racial, Discriminação; Preconceito, Ambiente Escolar.

ABSTRACT

The concept of race emerged in the eighteenth century, as being inherent in the human species and due to "scientific research", in order to exclude and dominate. In the nineteenth century reaffirmed the scientific racism as a result of racial theories which added morphological criteria to highlight the inequalities between human beings through the concept of "race" ranked humanity. Due to these studies, today is noticeable that the language has been deeply marked by biased culture and may denote that the words themselves, language structures and intonations bring with them a charged history of cultural and political meanings. Through language, appear racist discourses reaffirm for centuries, the social image of blacks in majority in subaltern social roles, being defined from a European point of view. Given these notes, it became necessary to reflect on the prejudice that exists behind the words. Therefore, this study aimed to analyze the role of language in the construction of models and social representations of patterns of normative whiteness forward to Brazilian society, through the use of terms expressing the existing racism in their everyday life at school. Given that the language permeates all human relationship and may be in any sphere of communication, conveying values and meanings, research has shown that language works to perpetuate the concept of normative whiteness.

Keywords: Language; Language; Identity and racial consciousness, Discrimination; Prejudice, School Environment.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1 – A IDEOLOGIA DAS PALAVRAS

1.1 A Dinâmica da Língua

1.2 O Enunciado segundo o Círculo de Bakhtin

1.3 A Construção do Pensamento Racista

2 – A LINGUAGEM, DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO

2.1 Linguagem

2.2 Discriminação e Preconceito

2.3 O Racismo por Trás das Palavras

3 – MOVIMENTOS SOCIAIS E NEGROS NO BRASIL

3.1 Políticas Públicas

3.2 O Movimento do Politicamente Correto

3.3 O Preconceito no Ambiente Escolar

4 – BREVES DISCUSSÕES LINGUÍSTICAS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INTRODUÇÃO

No século XVIII, nasce o conceito de raça, como sendo inerente a espécie humana e decorrente de um fato científico. Especialistas como, Georges Cuvier, James Cowles Prichard, Louis Agassiz, Charles Pickering e Johann Friedrich Blumenbach, apresentavam a raça branca como superior nascida para os estudos, e a raça negra inferior, própria somente para o trabalho que exige esforço físico. No século XIX surge o racismo científico em consequência de teorias raciais que acrescentaram critérios morfológicos para salientar as desigualdades entre os seres humanos e classificar a humanidade por meio do conceito de “raça”.

Devido a esses estudos, ainda hoje é perceptível que, a linguagem tem sido profundamente marcada pela cultura preconceituosa e podem denotar que os próprios vocábulos, estruturas e entonações da língua trazem consigo, uma história carregada de sentidos culturais e políticos.

Por meio da linguagem, apresentam-se discursos racistas que reafirmam por séculos a imagem social dos negros, em grande maioria, em papéis sociais subalternos, sendo definidos a partir de um ponto de vista europeu. Diante desses apontamentos, tornou-se necessário refletir sobre tal assunto.

Entretanto, como é um tema muito amplo, focou-se em trabalhar no preconceito existente por trás das palavras utilizadas em nosso cotidiano e no ambiente escolar.

Para tanto, o presente trabalho objetivou analisar o papel da linguagem, na construção de modelos e padrões de representações sociais do homem branco frente à sociedade brasileira, por meio da utilização de termos que expressam o racismo.

Dessa maneira, apresentaram-se discursos racistas que reforçaram durante séculos, a ausência de reflexões críticas sobre o preconceito existente por trás das palavras, para justificar as pesquisas bibliográficas que trataram o tema abordado de formas diferentes, porém sobre a mesma ótica da discriminação.

Procurou-se conduzir o texto de forma reflexiva, a partir de identificações de padrões de comportamentos racistas emitidos em última instância, por vozes de uma herança linguística cristalizada, por séculos de colonização, impressos nas mentes e expressos por palavras que reafirmam o racismo em nosso cotidiano, no mundo corporativo e nos ambientes escolares.

Para tanto, o trabalho buscou implementar uma consciência crítica nos diversos grupos de profissionais que atuam na área da educação, convidando a todos e especialmente aos educadores, a seguir pelos caminhos escolhidos durante a passagem que sustentou toda essa investigação. Por isso, o simples ato de conscientizar, além de ideológico, é social.

Nesse sentido, identificar os signos criados, por meio de uma construção mental racista, exteriorizados pelo poder que é conferida a língua como um produto social, em suas relações interindividuais é procurar impedir, o exercício diário de replicar nos termos ou frases os valores preconceituosos conferidos por diferentes interlocutores.

Em razão disso, buscou-se como embasamento teórico, diversos artigos e obras, que identificassem e demonstrassem o racismo, de forma explícita e implícita na linguagem, reproduzidas por séculos, expressaram o racismo e que ainda existe em nosso cotidiano, na linguagem, terminologias pejorativas no que se refere aos negros que resultam em comportamentos discriminativos e tratamentos desiguais.

Com base no referido estudo, realizou-se uma sucinta análise referente a esses conteúdos preconceituosos carregados de discriminações. no intuito de despertar um pensamento crítico no profissional que atua na área de educação, sobre o tema investigado.

Portanto, tendo em vista que a linguagem permeia toda e qualquer relação humana e pode estar em toda e qualquer esfera da comunicação, transmitindo valores e sentidos, a pesquisa concentrou-se em demonstrar, como comentado anteriormente, que as heranças linguísticas afetam o comportamento, a forma de se expressar e colaboram para que se perpetuem esses conceitos racistas.

A partir desse contexto realizaram-se, pesquisas bibliográficas utilizando como referências, o pensamento filosófico do Círculo de Bakhtin sobre a língua, os estudos de Carlos Alberto Faraco (linguista brasileiro, professor de língua portuguesa da Universidade Federal do Paraná, da qual foi reitor durante os anos de 1990-1994) sobre a língua Portuguesa, a polêmica criada pelo decreto do então Presidente Lula do uso da “Cartilha do Politicamente Correto e Direitos Humanos” de Antônio Carlos Queiroz (Jornalista).

Além disso, investigou-se sobre “As Relações Sociais” segundo Maria Aparecida Silva Bento doutora em Psicologia pela USP e professora visitante da Universidade do Texas - uma das principais referências no assunto no Brasil. Fundadora do Centro de Estudos das Relações do Trabalho e das Desigualdades (CEERT), organização responsável em colocar sindicatos, governo e empresas privadas, como o setor bancário, na discussão sobre a discriminação racial no mercado de trabalho, também é de sua ONG as principais ações

relacionadas ao incentivo da aplicação da lei 10.639-03, que institui a obrigatoriedade do ensino da história da África e de seus descendentes nas escolas.

Ainda elaborou-se uma pesquisa sobre a atuação pelos os Movimentos Sociais que permearam a história do Brasil e que muito ajudaram a realizar discussões, em torno da situação de negros brasileiros, que resultaram em Políticas Públicas amplas de combate à discriminação e ao racismo.

Apresentou-se, as reflexões sobre a “Naturalização do Preconceito Racial no Ambiente Escolar” de Edna Aparecida Coqueiro (Pedagoga - Coordenadora da Educação das Relações da Diversidade Étnico-Racial), a “Educação Anti-racista no Brasil” de Eliane Cavalleiro (Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da USP, 2003 – coordenadora executiva de Geledés – Instituto da Mulher Negra, de 2001 a 2004; coordenadora de Diversidade da SECAD/MEC, de 2004 a 2006; ex-professora adjunta da Faculdade de Educação da UNB – de 2006 a fev/2010; presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores negros, de 2008 a jul/2010, é cidadã brasileira, que luta para que seus netos e bisnetos e demais gerações tenham o direito a uma verdadeira educação anti-racista).

Pesquisou-se sobre o preconceito no âmbito escolar realizaram-se pesquisas em artigos como de Sônia Kramer (Doutora em Educação na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1992), pós-doutorado na New York University. É professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e Coordenadora do Curso de Especialização em educação Infantil da mesma universidade. Coordena o grupo de pesquisa sobre Infância, Formação e Cultura (INFOC)) sobre suas reflexões a respeito das professoras de educação infantil e a “Linguagem, Cultura e Alteridade”.

O trabalho finaliza com as reflexões sobre a “Linguagem Escolar e a Construção da Identidade e Consciência Racial da Criança Negra na Educação Infantil” de Carolina de Paula Teles (Pedagoga formada pela UNESP - Marília e mestre em Educação (FE-USP)).

O trabalho procurou reunir ainda, um referencial teórico que demonstrasse, não somente o uso de terminologias pejorativas, mas principalmente as reflexões decorrentes desses hábitos ou costumes oriundos do período colonial e que ainda influenciam a sociedade em sua forma de se expressar por meio de vozes e condutas racistas existente em nosso cotidiano e no âmbito escolar.

O uso de uma diversidade de termos e conceitos gerou discussões sobre as relações raciais no Brasil e revelaram não somente a teorização sobre essa temática, como as diversas interpretações que a sociedade brasileira realiza a esse respeito.

Em razão disso, essas palavras coletadas e expressões preconceituosas, que são permanentemente proferidas em nosso dia-a-dia, nos leva a pensar sobre a questão de discriminação quanto à raça/etnia, apesar de inúmeros esforços de movimentos sociais contrários a esta prática.

1 A IDEOLOGIA DAS PALAVRAS

Para fundamentar essa pesquisa, estudou-se a língua como resultante de um trabalho coletivo e como forma de interação.

“Fala-se da linguagem como “um trabalho que dá forma ao conteúdo variável de nossas experiências” (p.31) e se afirma (num aparente paradoxo – se pensarmos no conjunto da discussão) ser esse um trabalho coletivo”. (FARACO 2001, apud FRANCHI, 1977).

Observa-se, porém que o paradoxo é somente aparente, na medida em que o termo *coletivo* é entendido como um processo de identificação e contraposição do um (o agente elaborador) com os outros, um movimento unidirecional, portanto, pelo qual o coletivo se faz por uma espécie de concessão das partes (FARACO, 2001).

Convém buscar além desse conceito, os fundamentos da filosofia da linguagem desenvolvida pelo Círculo de Bakhtin, onde a ideia central desse Círculo ao estudar a linguagem é discutir sobre a função social do sujeito, ou a sua condição e constituição social inegável.

Como afirmado em “Marxismo e a Filosofia da Linguagem”, na constituição do sujeito, o signo ideológico parte do exterior para o interior, ou seja, do social para o individual, e a palavra nada mais é do que produto de interação viva das forças sociais. (FARACO, 2003)

O Círculo era formado por um grupo de intelectuais russos, constituído por Matvei I. Kagan, Ivan I. Kanaev, Maria V. Yudina, Lev V. Pumpianski, Valentin N. Voloshinov e Pavel N. Medvedev. Apesar de essas pessoas terem diversas formações, interesses intelectuais e atuações profissionais, tinha em comum a paixão em especial pela linguagem, pela filosofia e pelo debate de ideias e discussões não somente sobre filósofos do passado como nos autores de seu tempo.

O Círculo (de Bakhtin) se reunia regularmente entre os períodos de 1919 e 1929, e destacam-se no círculo, Bakhtin, Voloshinov e Medvedev, não somente devido à confusão de autoria dos textos que produziram, mas também pelo pensamento do grupo. (FARACO, 2003)

Esse Círculo defende que todos os discursos são ideológicos e constituídos de signos que provêm de uma das esferas da ideologia, propunha ainda mostrar que à filosofia da linguagem e a natureza dos fenômenos linguísticos podem ser compreendidos pela ótica marxista, e ao marxismo que a filosofia da linguagem pode conter os elementos necessários para o entendimento da especificidade da ideologia. Esses autores argumentavam ainda, que a língua é a "realidade material específica da criação ideológica" (autores do Círculo de Bakhtin, 1990 p. 25).

“Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade” (autores do Círculo de Bakhtin, 1990. p. 113)

Pois para o círculo (de Bakhtin), *“A língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes.”* (1990, p. 124, grifos dos autores).

Nos estudos de Bakhtin consta que não se pode entender a língua isoladamente, mas qualquer análise linguística deve incluir fatores extralinguísticos, como o contexto da fala, a relação do falante com o ouvinte, momento histórico, etc. Para ele a palavra é o signo ideológico por excelência e também uma ponte entre dois sujeitos. (BAKHTIN 2004, p. 32).

Conforme Bakhtin (2003), nas palavras encontra-se vozes, às vezes infinitamente distantes, anônimas, quase impessoais, quase imperceptíveis e vozes próximas, que soam concomitantemente.

A palavra é “o objeto fundamental de estudo das ideologias” (autores do círculo de Bakhtin, 1990, p. 38), ou seja, *“está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial”* (autores do círculo de Bakhtin, 1990, p.95, grifos dos autores).

O pensamento desses intelectuais pertencentes ao Círculo (de Bakhtin) nos ajuda a construir um caminho que nos leva a nos aprofundarmos ainda mais sobre o discurso do tema central dessa pesquisa que está relacionada ao racismo existente por trás das palavras.

Além disso, para Bakhtin, o exercício da fala em sociedade é o único objeto real e materialmente palpável de que dispomos para entender o fenômeno da linguagem humana e estudá-la sobre a ótica do movimento, do mundo que está em permanente transformação. (BAKHTIN 1988, pp. 13-70).

Portanto, Bakhtin valoriza a força da oralidade e da cultura popular, pois a linguagem é um sistema de signos ou sinais que são usados para indicar coisas para a comunicação entre pessoas e para expressão de idéias, valores e sentimentos.

1. 1 A Dinâmica da Língua

De fato, a língua é dinâmica, a sua variação é inerente e reflete as mutações sociais e são as situações sociais complexas e circunstâncias específicas que imediatamente se refletem nas formas de linguagem.

Por conta disso, a língua é apenas uma parte da linguagem e ao mesmo tempo um produto social de que dispõe a linguagem, ou seja, Bakhtin enfatiza que as pequenas ou grandes mudanças na linguagem são sintomas de mudanças na sociedade.

“A palavra, como fenômeno ideológico por excelência, está em evolução constante, reflete fielmente todas as mudanças e alterações sociais. O destino da palavra é o da sociedade que fala” (BAKHTIN, 1979, p. 180).

As palavras constroem diversos sentidos, e ainda por meio delas que podemos desconstruí-los e ressignificá-los. Este processo foi pensado pelo Círculo (de Bakhtin), a significação e ressignificação das palavras, por meio do poder de traduzir as diversas transformações sociais estabelecidas ou ainda em fase de mudança.

“É, portanto, explícito que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais”. (Círculo de BAKHTIN, 1990, p. 41, grifo dos autores)

Portanto, toda palavra tem intenções, significados; para entender o discurso (o texto falado ou escrito), o contexto precisa ser entendido. A compreensão implica não só a identificação da linguagem formal e dos sinais normativos da língua, mas também os subtextos, as intenções que não se encontram explicitadas: “Não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis” (Círculo (de Bakhtin), 1990).

1.2 O Enunciado segundo o Círculo de Bakhtin

Para o Círculo, o significado é uma impossibilidade teórica, ou seja, o signo receberá tantas significações quantas forem necessárias de acordo com as situações reais em que venha ser usada por pessoas (usuários) social e historicamente localizadas. Pois, ao falar estamos

constantemente modificando, subtraindo, acrescentando ou torcendo os significados, sentidos ou seus códigos decifrados pela língua. (BAKHTIN, 2003)

Como afirmado em “Marxismo e a Filosofia da Linguagem” por Volochínov no capítulo 5, “... o sistema linguístico constitui um fato objetivo externo à consciência individual e independente desta - e isto representa uma de suas posições fundamentais..” (VOLOCHÍNOV, 1990)

Um enunciado não é um signo, pois ele exige a presença de quem emite ou um enunciador (quem fala ou escreve) e de um receptor ou enunciatário (quem ouve ou lê) e acontece em um determinado local e em um tempo determinado, pois é produzido por um sujeito histórico e recebido por outro. Assim, cada enunciado é um ato histórico único e jamais se repete, pois a mesma frase pronunciada pelo mesmo enunciador em situações sociais diferentes não constitui um mesmo enunciado. (RIBEIRO, 2006.)

Portanto, o enunciado é a unidade básica do conceito de linguagem tratado por Bakhtin, pois segundo o autor, a linguagem somente existe por causa de um complexo sistema de diálogos que nunca cessam. Porém todo diálogo, demanda a presença de um terceiro, alguém diante de quem ou do que se dialoga (a imagem que se faz de quem ou das idéias que usamos como argumentos de autoridade).

Portanto, nas palavras do próprio Bakhtin: “... por trás de cada texto está o sistema da linguagem. A esse sistema correspondem no texto tudo o que é e o que pode ser repetido e reproduzido...” (BAKHTIN, 2003).

O que se repete é a palavra e esta pertence ao plano da língua o que não se reproduz em cada caso, é a situação que confere a essa mesma palavra significações tão diferentes em cada um dos enunciados. (RIBEIRO, 2006.)

Para o círculo de Bakhtin, há que levar em consideração outro fenômeno extremamente rico de possibilidades, a distinção estabelecida pelos autores entre tema e significação. O que é de pertencimento a significação diz respeito àquilo que é repetível, ou seja, que se situa no plano da língua, como um conjunto de palavras em um dicionário que é socialmente compartilhada e garantem, portanto a língua a sua continuidade e a comunicação a sua possibilidade. (FARACO, 2003)

O tema é único em cada enunciado, inclui uma série de elementos como: a fala, a entonação, os gestos, pausas, expressões faciais, forma de vestir e falar, tudo isso faz parte do conjunto do tema do enunciado. (RIBEIRO, 2006.)

1.3 A Construção do Pensamento Racista

A ideologia da desigualdade racial foi construída ao longo do processo histórico da humanidade, passando pelo pensamento grego, que classificava os estrangeiros como seres inferiores, portanto poderiam ser escravizados, após a sua dominação. Aristóteles defendia a idéia de que alguns homens haviam nascido para comandar, outros para obedecer.

“A corrente filosófica de Aristóteles prevaleceu e permeou as teorias que mais tarde foram usadas para classificar os homens e também serviram para justificar a escravização dos indígenas e dos africanos. Porém foi na Idade Média que se deu a fomentação dos fundamentos doutrinários e científicos da desigualdade entre os seres humanos, que a partir daí se caracterizava como desigualdade racial”. (SANT’ANA, 2005 apud COQUEIRO, 2008, p 7)

Durante o período medieval as teorias eram construídas a partir de bases teológicas que serviam aos interesses econômicos da época e tinham ligações com a Igreja Católica Romana, que foi responsável por desenvolver idéias que eram fundamentadas em textos bíblicos com o objetivo de comprovar a inferioridade de algumas raças sobre outras. (NASCIMENTO, 1994).

Na Europa na era moderna, mais especificamente na França, seus filósofos, pensadores como Diderot, Voltaire, Montesquieu, Rousseau, apresentaram estudos sobre a comparação da língua humana e afirmavam que os dialetos ou as línguas primitivas eram inferiores e selvagens. Portanto a língua do europeu colonizador era superior e avançada em razão de estar num estágio mais elevado pelo aperfeiçoamento da língua por meio da razão (racionalidade) e inseriu esse pensamento que serviu de base para a discriminação.

Assim, a partir do século XVIII e XIX essas ideologias racistas foram sendo manifestadas por intelectuais brasileiros que por meio de “teorias científicas” classificavam as raças em brancas (europeus), negras (africanos) e amarelas (índios e asiáticos) e legitimavam o homem branco como a raça superior.

Como tudo oscila com as alterações do quadro histórico, em que as ações humanas se desenrolam, o português usado no Brasil sofreu influência de diversas línguas e etnias, entre elas, as línguas indígenas e as línguas africanas, constituindo um português muito diferente do de Portugal. Essas mudanças da língua podem ser compreendidas, como construção histórica da língua viva. (PEREIRA, 2010, p.03)

FARACO, em sua obra “Norma culta Brasileira: desatando alguns nós” apresenta a ideia de “lusitanização” progressiva da norma escrita como uma adaptação ao projeto político da elite brasileira que após a independência buscava construir uma nação branca, buscando

distanciar da população mista e africana que eram classificadas de vulgares, que foram herdados de conceitos europeus.

Nesse período de pós-independência, essa elite usava a língua para fazer uma espécie de embranquecimento da população, mas ao mesmo tempo buscava se diferenciar de Portugal, pois queriam ser emancipados, porém não deixavam de serem europeus (FARACO, 2008 p. 107).

Em 1823, segundo o texto constituinte, era na Corte que se falava o melhor português do Brasil. Porém, José de Alencar defendia um abasileiramento da língua escrita, mas esse abasileiramento não significava abandonar a leitura e o estudo dos clássicos. Em 1871 foi criado o Colégio Pedro II para ser a referência do ensino médio no país, cristalizando-se na tradição escolar como verdadeiras normas programáticas para o ensino de português, ainda hoje esses programas são replicados nos documentos curriculares oficiais (FARACO, 2008, p 107-108).

“Na passagem do século XIX, assiste-se ao avanço do capital nas florestas da Amazônia, com a extração da borracha, a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, a urbanização de Manaus e Belém; a economia cafeeira expande-se para além do Vale do Paraíba e do oeste de São Paulo, o Rio de Janeiro vivencia a sua grande reforma urbana, expulsando do urbe a população pobre para dar lugar ao panorama de uma “higiênica” e “saneada” capital do país...”(TRINDADE, 2012 p. 22)

Sendo assim, os discursos carregados de mensagens e significações da linguagem (verbal e não verbal), é um dos veículos centrais na transmissão de ideologias, onde foram construídos através dos séculos o preconceito e a discriminação. (TELES, 2008 p. 01)

2 A LINGUAGEM, DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO

2.1 Linguagem

Segundo Marilena Chauí, os signos, ou seja, as palavras e seus componentes (sons e letras) têm uma função comunicativa, isto é, por meio das palavras entramos numa relação com o outro, dialogamos, argumentamos, persuadimos, discutimos, expressamos amor e ódio, e também aprendemos e ensinamos. (CHAUÍ, 1997, p. 141).

A concepção da linguagem sob o aspecto dialógico constitui-se como uma reação-resposta a algo em uma dada interação e manifesta as relações do locutor com os enunciados do outro. Por isso, temos de considerar que o outro, no movimento dialógico, não é somente o

interlocutor imediato ou virtual, o outro se projeta a partir de discursos diversos temporais como: passado, presente ou presumidos ou por outras vozes discursivas de variadas posições sociais, opiniões que habitam de diferentes formas o discurso em construção. (DI FANTI, 2003)

Nesse contexto, a cultura afro-brasileira foi mantida pela força da coletividade e principalmente pelos aspectos da língua oral que se revelava quando os negros se reuniam nas senzalas para manter seus cultos religiosos aos elementos da natureza que são chamados de orixás no Candomblé.

A língua garante sempre ao seu povo a sua soberania, é por meio da palavra que a história é guardada e transmitida, então falar em yorubá, banto, crioulo, jeje, nagô além de garantir o poder aos negros sobre os que não a dominavam, ainda mantinham a cultura contida em cada grupo linguístico, mas unidos por tradições de sua origem em comum.

2.2 Discriminação e Preconceito

Se partirmos de um conceito básico, discriminação, que se pode encontrar em um dos mais famosos e populares dicionários brasileiros, o “Aurélio” (2009, p. 686), é “ato ou efeito de discriminar, faculdade de distinguir ou discernir” (algo ou alguma coisa), na mesma página é possível encontrar o significado do verbo discriminar, que segundo o autor é “diferenciar, distinguir; discernir, separar, especificar, estremar, estabelecer diferença” (algo ou alguma coisa).

Tomaremos ainda no mesmo dicionário a definição quanto aos termos - negro e branco. *Branco*: “Diz-se do indivíduo da raça branca. Sem mácula, inocente, puro, cândido, ingênuo: alma branca” (FERREIRA, 1986, p. 282, grifos nossos). *Negro*: “Diz-se do indivíduo da raça negra; Sujo, encardido. Maldito, perverso. Escravo” (op. Cit.: 1187).

Assim também refere-se aos derivados da palavra como por exemplo *negrada*, definido como “grupos de indivíduos dados a pândegas ou *desordens*” (SOUZA, 2005, p. 106). Podemos observar a associação de significados negativos em relação aos negros e de significados positivos em relação aos brancos.

Segundo Guimarães, para lutar contra a discriminação, é necessário lhe dar realidade social, pois certas discriminações sociais são compreensíveis somente pela ideia de raça, já que a classificação racial determina as oportunidades sociais. “Afim, a linguagem científica

deve justamente ser capaz de desvendar e revelar o que o senso comum escondeu” (GUIMARÃES, 2002, p. 56)

Se considerarmos o termo raça como um signo e, como tal, deve depender de contextos definidos e delimitados para obter significação, definida como aquilo que é socialmente relevante, no ambiente social brasileiro.

À medida que o signo do negro, o rosto negro, se fizer presente na vida universitária, assim como em posições sociais e profissões de prestígio onde antes não se inseria, essa presença tornar-se-á habitual e modificará as expectativas da sociedade.

Alguns segmentos e autores afirmaram que raça não era importante para a realidade brasileira, entretanto a classificação por cor no lugar de raça foi utilizada no Brasil como uma forma de classificar as pessoas, ou seja, discriminá-las.

No que se refere à população afro-brasileira, não se é possível comprovar, nos dias de hoje, as reais raízes de suas descendências africanas, de quais Países do Continente Africano se pode afirmar que seja a real descendência de uma parte da população negra brasileira.

Não se formou, no Brasil, nenhuma língua de negro como nos EUA, que pudesse distinguir uma comunidade afrodescendente, que se colocasse como uma marca de identidade étnica de reafirmação de variantes amplamente discriminadas. O português popular, não padrão, urbano ou rural, não distingue etnias, marca apenas a classe social e o nível de escolaridade do falante. (UFPR-NEAB,2014)

Portanto, não se pode identificar traços culturais e origens em comum, elementos básicos que identificam o conceito de etnia, pois se verifica que o termo etnia (refere-se a grupo social que tem traços culturais e origem em comum) costuma não ser aplicado a essa população para designá-la de modo tão constante quanto aos outros grupos como: o povo indígena (etnia kaigank, etnia xetá e etc.) ou a grupos de descendentes de povos de origem comum (etnia italiana, espanhola, alemã) ou utilizada ainda para designar os povos ciganos. (UFPR-NEAB, 2014)

Em razão disso, resta-nos definir o termo preconceito como um conceito ou opinião formada antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos; idéia preconcebida, ou ainda como julgamento ou opinião formada sem se levar em conta o fato que os conteste; prejuízo, como a superstição, credence; prejuízo ou em alguns casos a suspeita, intolerância, ódio irracional ou aversão a outras raças, credos e religiões.

Em São Paulo, dados de pesquisas do IBGE, apontaram que a cor branca facilita a ascensão social, embora sem garanti-la, ao passo que a cor escura implica num desprezo social, não sendo uma exclusão incondicional. (NOGUEIRA, 1985)

O preconceito racial é indigno do ser humano. Conforme o quadro 1, este trabalho pretende, além de ampliar as discussões já existentes sobre o preconceito existente por trás da língua, ainda cita os termos e frases observadas na fala, sobre os elementos linguísticos que traduzem o preconceito, racismo e discriminação, ações que levou-nos a reflexões sobre o tema.

Quadro 1 - Exemplos de algumas palavras que carregam preconceitos

<p>A coisa ficou preta: A frase é utilizada para expressar o aumento das dificuldades de determinada situação, traindo forte conotação racista contra os negros.</p> <p>Africano: Termo relativo à África, aos seus naturais e habitantes. Sua utilização genérica muitas vezes serve para negar a diversidade de países e povos daquele continente ou para discriminá-los, em geral, inferiorizando-os.</p> <p>Asa Negra: Pessoa que prejudica ou embaraça um grupo com frequência.</p> <p>Besta Negra: Inimigo, problema de difícil solução.</p> <p>Branquelo: Por incrível que pareça, existe no Brasil preconceito racial contra pessoas brancas. Mais fortemente, contra membros das colônias europeias no Sul do País. “Branquelo” e “branquelo azedo” são duas das expressões pejorativas contra os brancos.</p> <p>Caixa-Preta: Falta de transparência</p> <p>Câmbio Negro: Comércio ou transação ilegal</p> <p>Crioulo: Antiga designação do filho de escravos, hoje é um termo pejorativo e discriminador do indivíduo negro ou afrodescendente.</p> <p>Humor Negro: Humor que choca pelo uso de elementos mórbidos ou macabros</p> <p>Lista Negra: Relação de coisas ou pessoas consideradas prejudiciais</p> <p>Magia Negra: Bruxaria</p> <p>Mercado Negro: Comércio ilegal</p> <p>Mulato: Filho de mãe branca e pai negro, ou vice-versa. Mestiço de branco, negro ou indígena, de cor parda. Originariamente, na língua espanhola, a palavra se referia ao filhote macho do cruzamento de cavalo com jumenta ou de jumento com égua, daí a sua carga pejorativa. Transposto para o português já com o sentido de mestiço, o termo serviu à ideologia do branqueamento da raça negra e entrou no imaginário popular, pela literatura nativista, para designar a pessoa sedutora, lasciva, inzoneira, sonsa, cheia de artimanhas ditas “tropicais”, um ou outro estereótipo.</p> <p>Negro: A maioria dos militantes do movimento negro prefere esse termo a “preto”, que o utilizam com orgulho para afirmar os valores da cultura afro-brasileira. O contexto determina o sentido pejorativo das duas expressões</p> <p>Ovelha Negra: Pessoa ou entidade que se destaca pelo mau procedimento</p> <p>Peste Negra: Doença que assolou a Europa na Idade Média</p> <p>Prejuízo Preto: Prejuízo imenso</p> <p>Preto de Alma Branca: Um dos slogans mais terríveis da ideologia do branqueamento no País, que atribui valor máximo à raça branca, e mínimo aos negros. “Apesar de ser preto, é gente boa” e “É negro, mas tem um grande coração” são variações dessa frase altamente racista, segregadora.</p> <p>Samba do Crioulo Doido: Título de famoso samba composto pelo genial Sérgio Porto para satirizar o ensino de História do Brasil nas escolas do país, iniciado pela estrofe “Foi em Diamantina / Onde nasceu JK/ Que a princesa Leopoldina / Arresolveu se casá/ Mas Chica da Silva / Tinha outros pretendentes/ E obrigou a princesa / A se casar com Tiradentes// Lá iá lá iá lá iá / O bode que deu vou te contar”. A frase passou também a ser usada para discriminar os negros, atribuindo-lhes confusões e trapalhadas.</p>

FONTE: QUEIROZ (2008)

A pesquisadora Maria Edna Menezes afirma que o preto é conceituado como contra cor do branco e, por representar a oposição a todas as cores, sempre foi associado às trevas primordiais. "No Brasil, sempre se privilegiou os valores "brancos" através de um processo sistemático de inculcação da negatividade simbolizada pelo negro".

“... os próprios negros reproduzem as metáforas negativas, ao disseminar expressões como “Não faça trabalho de negro”, “A coisa está preta”, “Ele é um negro de alma branca”. Ela conta que na escola onde leciona Português, na periferia de Belo Horizonte, as crianças não queriam fazer o papel do Saci Pererê numa peça de teatro: “Eles mesmos têm preconceitos, pois, principalmente através da TV, só consomem valores que priorizam os brancos.”” (MENEZES, UFMG, 2009).

O preconceito racial está fundamentado na idéia de que o negro é inferior na escala humana, desta forma, opera em três dimensões: a moral, a intelectual, e a estética. Esse preconceito é reforçado através de atribuições negativas, piadas e brincadeiras. [...] Reside no âmbito da subjetividade é aprendido junto com outras pessoas, no convívio social (CARMO 2006, p. 01).

2.3 O Racismo por Trás das Palavras

Compreender o discurso enquanto objeto de estudo é bastante complexo, pois seu caráter é assinalado pelo fato de implicar uma exterioridade à língua, a ser aprendido no social, cuja compreensão coloca em evidência aspectos ideológicos e históricos próprios à existência dos discursos nos diferentes contextos sociais, ou seja, as palavras quando são pronunciadas estão impregnadas de aspectos sociais e ideológicos. (FERNANDES 2007 apud COQUEIRO, 2008 p. 20)

Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também valor ideológico. *Tudo que é ideológico possui valor semiótico* (Círculo (de Bakhtin), 1990, p. 32, grifos dos autores, apud PEREIRA, 2010,p.03).

Em razão disso, observou-se a fala preconceituosa, num universo semântico pejorativo, que foi identificado em nosso cotidiano, com uso de termos preconceituosos que se faz necessário combater, como: Lista negra, macaquices, deu branco!

Termos e frases pejorativas, que significam expressões igualmente preconceituosas como “coisas de preto”, “samba aí..., mostra a raça”, “estou aqui com a macumba”, “Irmã bom bom e irmã albina”, “Negro, mas Cheiroso!”, “Volta para o tronco”, “Negro inteligente – haitiano”, “Um negão destes”, assim como as piadas racistas que disfarçam com trajes cômicos, os preconceitos como “não ficou vermelho por que é preto”.

Essa linguagem comumente utilizada na sociedade reforça a existência de um lugar desigual para o negro e naturaliza este tratamento, ou seja, é apresentada como um instrumento utilizado pela cultura preconceituosa repleta de mensagens e significações, sendo um dos veículos centrais a transmissão de ideologias de conteúdos racistas.

3 MOVIMENTOS SOCIAIS E NEGROS NO BRASIL

Entende-se por Movimentos sociais uma ação de um grupo organizado de pessoas que se reúnem em busca de um objetivo. No Brasil os Movimentos Negros iniciaram durante o período de Escravização, na ânsia pela liberdade, diversas organizações se formaram, dando origem aos quilombos, sendo que Palmares liderado pelo negro Zumbi foi o mais conhecido deles.

Os movimentos negros que se constituíram nas décadas de 1920 e 1930 foram importantes instrumentos de luta contra as assimetrias raciais, mas terminaram em face desse quadro porque os ideais da “integração nacional” foram colocados acima das desigualdades raciais e incorporados pela população negra.

No Brasil os movimentos sociais em vários períodos históricos eram quase sempre clandestinos e de caráter específico, como por exemplo, demonstra o quadro 2:

Quadro 2 – Breve Histórico dos Movimentos Sociais e Negros no Brasil

PERÍODO	MOVIMENTOS SOCIAIS	MOVIMENTOS SOCIAIS
1500 – 1822 – (COLONIAL)	Povos indígenas –luta contra escravidão – manter suas terras	Escravos Africanos – formação de Quilombos
(1789-1792)	Inconfidência Mineira - Independência de Portugal	Conjuração Baiana (1796-1799)
1822-1889 – (Imperial)	Movimentos abolicionistas	Republicano - Contra a Monarquia
Fim do século XIX e Início do século XX	Guerra dos Canudos	Guerra do Contestado
Início do século XX – (Movimentos sociais Urbanos)	Greves de Operários - Fábricas	Tenentismo – Movimento político - militar
1924 - 1945	Coluna Prestes – ANL – Aliança Nacional Libertadora	Movimento Integralista Nacional
Março de 1929 - 1931	O jornal o Clarim D’ Alvorada propõe a realização do 1º Congresso da Mocidade Negra no Brasil no Estado de São Paulo.	Foi criada a Frente Negra Brasileira (FNB)
1940 - 1946	Teatro Experimental do Negro –(TEN)	Convenção Nacional do Negro Brasileiro realizada em São Paulo e Rio de Janeiro em 1945 e 1946
1946 - 1964	O Petróleo é Nosso (1948-1953)	Movimentos Grevistas (1962)
1950	1º Congresso do Negro Brasileiro	
(Movimentos Agrários) 1955 - 1964	Ligas Camponesas	Movimentos de trabalhadores e estudantes (1964 – 1968)
1968 - 1979	Guerrilha do Araguaia	Movimento pela Anistia (1978 – 1979)
1970 - 1984	Denúncias do movimento Negro contra o Mito da Democracia Racial	Diretas Já (1983 – 1984);
1985 - 1986	Constituinte (1985-1986)	Grevistas do ABC paulista; MST dos Trabalhadores Rurais sem Terra;
1988 - 2014	Movimentos dos Negros, das Mulheres, Indígenas, ambientalistas. Colaboração do Movimento Negro na elaboração do texto constitucional promulgado em 05/10/1988. Marcha Zumbi dos Palmares (20/11/1995).	. Sem Terra, Sem Teto

Fonte: Adaptação do Caderno Temático – GEAA (2010)

Nos anos de 1970 esses movimentos foram considerados como expressões coletivas de minorias que traziam em seus discursos a valorização de princípios como direito a liberdade individual associada à de liberdade coletiva, à diversidade, a democracia e respeito à individualidade, à identidade local e de uma região.

Com o processo de abertura política, no final da década de 1970, as críticas à pretensa democracia racial foram intensificadas. O movimento negro foi revigorado, com o objetivo principal de “desmascarar a democracia racial, em sua versão conservadora, de discurso estatal que impedia a organização das lutas anti-racistas”. (GUIMARÃES, 2002, p. 158)

A partir da década de 80 do século XX, os Movimentos Sociais Negros tornam-se mais marcantes na sociedade brasileira, pois a questão racial se amplia e adquire novas proporções a partir das comemorações do centenário da abolição da escravatura. (ROCHA, 2006)

Representantes de sessenta e três Entidades do Movimento Negro de dezesseis estados brasileiros estiveram presentes nos dias 26 e 27 de agosto de 1986, em Brasília, na Convenção Nacional do Negro, aproveitando a oportunidade do evento para entregar requerimento aos dirigentes do País e aos membros da Assembléia Constituinte-87, o documento continha reivindicações que o processo educacional garantisse o respeito a todos os aspectos da cultura brasileira e a obrigatoriedade da inclusão nos currículos escolares de I, II, III graus, do Ensino da História da África e da História do Negro no Brasil. (GEAA, 2010)

Na década de 1990, sob forte pressão dos movimentos negros, destacadamente do Movimento de Mulheres Negras e do Movimento Negro Unificado, assessorados por respeitáveis órgãos de estudo e pesquisa, tais como o IBGE e o IPEA, o Governo do Brasil se viu, diante do desafio de propor políticas de desenvolvimento em um país que mantém práticas e índices endêmicos de desigualdades raciais.

Em 20 de novembro de 1995, o Movimento Social Negro realizou a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo em Brasília. Na ocasião foi entregue em mãos um documento ao então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, contendo o Programa de Superação do Racismo e das Desigualdades Raciais – PSRDR.

A questão racial despertou a atenção da sociedade e do Estado, sobretudo por volta de um século depois, a partir de 1995 quando, após forte pressão dos Movimentos Negros visibilizada na Marcha Zumbi +10, empreendida sobre a capital federal, o então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso reconheceu a existência do racismo e das desigualdades daí oriundas.

Essa marcha foi decisiva na direção da aprovação das primeiras políticas públicas específicas para a população negra com vista na superação daquele quadro. Além disso, ampliou-se o número de órgãos estaduais e municipais voltados para a população negra no Brasil.

O Movimento Negro começou a exigir uma educação pública de qualidade em todos os níveis de ensino, bem como a inclusão dos negros no ensino superior.

Para termos uma idéia da escolaridade dos diferentes grupos étnicos de nossa sociedade vejamos o que mostra a Tabela 1:

Tabela 1 – Escolaridade dos Diversos Grupos Étnicos no Brasil

Grau de escolaridade	Branco	Negro	Pardo	Amarelo
Primário incompleto	22,30%	37,40%	36,50%	14,30%
Primário completo	25,10%	26,30%	23,10%	22,50%
Primeiro grau incompleto	17,30%	19%	19%	6,30%
Primeiro grau completo	10%	7,70%	7,50%	12%
Segundo grau	16,10%	8,40%	11,60%	21,90%
Ensino superior	9,20%	1,20%	2,30%	23%

Fonte: IBGE: 1989 (SOUZA, MOTTA, 2002, p. 44)

Assim sendo, podemos observar que existe uma alta porcentagem de negros e pardos que não completaram o ensino primário e uma baixa porcentagem com ensino superior, tornando-se um problema de ordem social.

Por meio do Decreto de 08 de setembro de 2000, em atendimento à Resolução 2000/14, da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, o então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, criou o Comitê Nacional para a Preparação da Participação Brasileira na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata., o governo brasileiro volta a manifestar-se oficial e publicamente sobre as relações raciais brasileiras. Competia a este comitê:

Assessorar o presidente da república nas decisões relativas à formulação das posições brasileiras para as negociações internacionais e regionais preparatórias e para a Conferência Mundial. Outra responsabilidade atribuída ao comitê é promover, em cooperação com a sociedade civil, seminários e outras atividades de aprofundamento e divulgação dos temas de discussão e objetivos da Conferência Mundial (MOURA; BARRETO, 2002).

Em função da Conferência Mundial de Durban, associada às históricas pressões internas dos movimentos sociais negros, que a imprensa brasileira, especialmente a escrita, passou a divulgar mais informações sobre a questão racial brasileira no ano de 2001, retroalimentando a inclusão da questão racial na agenda política nacional.

Nesse contexto, alguns jornais de expressão nacional chegaram a contratar, especialistas sobre a questão racial brasileira para comentá-la mensalmente. O Correio Brasiliense, o jornal mais importante da capital da república, Brasília, contratou a pós-graduanda em filosofia da educação pela Universidade de São Paulo, e diretora do Geledes – Instituto da Mulher Negra, Sueli Carneiro.

3. 1 Políticas Públicas

A proposta de implementação e estabelecimento de cotas para negros ingressarem nas universidades públicas brasileiras não só convidou intelectuais, políticos e militantes dos movimentos sociais negros a se pronunciarem sobre o assunto, como garantiu discussões democráticas sobre o tema que encontrou alguns posicionamentos contrários:

“O jornal O Globo, manifestou-se contra uma política que assegurasse o ingresso dos negros nas universidades por meio de cotas, que, segundo o esse jornal, eram uma vantagem artificial. Conforme o jornal, na universidade. Garantir o caráter universal do direito à educação e a habilitação para o mercado de trabalho são caminhos custosos e complicados; por outro lado, eliminar deficiências será mais justo e eficaz do que fingir que elas não existem” (GLOBO, editorial 24/08/2001)

O posicionamento adotado por outro jornal do estado do Rio de Janeiro, o Jornal do Brasil, foi naquela época, favorável à implementação de políticas de cotas para os negros ingressarem no ensino superior público brasileiro. Apoiando a decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso que, conforme a imprensa havia autorizado a inclusão da proposta de adoção de cotas para negros no documento que o Brasil levaria à III Conferência Internacional Contra o Racismo, o Jornal do Brasil em seu editorial do dia 28 de agosto de 2001 afirmava que:

A posição do presidente Fernando Henrique a favor da ação de cotas para facilitar o acesso de negros à universidade é sem dúvida um dos pontos altos da luta contra o preconceito racial no Brasil. Ao encampar a proposta, autorizando sua inclusão no documento que o Brasil levará à 3ª Conferência Internacional contra o Racismo, em Durban, na África do Sul, é como se estivesse, apesar de algumas resistências internas, dando o pontapé inicial numa nova era. (Jornal do Brasil, editorial 28/08/01)

Segundo o Jornal a Folha de São Paulo, a implementação de cotas para negros implicaria reparar uma injustiça com a criação de outra:

O governo brasileiro, por exemplo, leva a Durban a proposta de criar cotas para negros e seus descendentes nas universidades públicas. Esta Folha se opõe ao sistema de cotas. Isso não significa, entretanto, que todo tipo de ação afirmativa, de discriminação positiva, deva ser descartada. A idéia de instituir cursos pré-vestibulares dirigidos a negros, por exemplo, parece oportuna. [...] O Brasil precisa sem dúvida envidar esforços para promover a integração racial. Ações afirmativas devem ser consideradas e implementadas. O limite deve ser o da justiça. Admitir que se deve reparar uma injustiça com a criação de outra, uma variação de “os fins justificam os meios”, é um argumento filosoficamente tíbio e historicamente complicada. (Folha de S. Paulo, editorial 30/08/2001, p. A2)

Ainda a Folha de São Paulo um ano depois, estava reticente quanto aos critérios que seriam usados para se definir quem é negro ou Afrodescendente:

O racismo é, sem dúvida, uma das graves mazelas que atingem o mundo. E o ‘racismo cordial’ brasileiro não é uma exceção. [...] É mais do que louvável, portanto, o desejo do PT de instituir mecanismos efetivos de combate ao racismo. Mas proposta de criar cotas para estudantes negros nas universidades públicas, em que pese sua justeza, apresenta tantas dificuldades conceituais e práticas que o bom senso recomendaria reconsiderá-la. No plano operacional, as cotas esbarrariam na definição de quem é negro. [...] (Folha de S. Paulo, editorial, 11/11/02).

Com efeito, o grosso da população negra com acesso ao sistema escolar ainda se concentra no ensino fundamental. Dados mais recentes do IBGE (2003) mostram que, tomando-se o grupo de 15 a 17 anos, enquanto 60% dos estudantes brancos nesta faixa etária cursavam o ensino médio, no caso dos negros esse percentual contemplava apenas 32% do total dos estudantes desta raça/cor. No que se refere à educação superior, a situação é ainda mais restritiva. Na faixa dos 20 aos 24 anos, 53,6% dos estudantes brancos estavam na universidade, enquanto que para os negros, esse percentual era de até 15,8%.

Outro aspecto importante que diz respeito à distorção idade-série, índice que mede a distância entre a situação real do estudante, em termos da série cursada, e a situação ideal, tendo em vista sua idade. Neste sentido, em 2001, 44% dos estudantes negros na faixa dos 20 a 24 anos cursavam o ensino médio e 34,2%, o ensino fundamental. Os negros com acesso ao sistema educacional se concentram nos extratos inferiores – sobretudo ensino fundamental – com altos índices de defasagem idade-série. (IBGE, 2003)

De acordo com dados recentes da Secretaria Especial de Política de Promoção de Igualdade Racial, o Brasil atualmente tem uma população de 180 milhões de pessoas, das quais cerca de 80 milhões são negros, perfazendo 46,2% do nosso contingente populacional.

O Movimento Social Negro tem alcançado várias vitórias em suas manifestações, como a criação de uma Secretaria Especial, encarregada de implementar políticas públicas para diminuir as desigualdades raciais no Brasil.

“Nesse contexto, é importante destacar o papel dos movimentos sociais, em particular, do Movimento Negro, os quais redefinem e redimensionam a questão social e racial na sociedade brasileira, dando-lhe uma dimensão e interpretação políticas. Nesse processo, os movimentos sociais cumprem uma importante tarefa não só de denúncia e reinterpretção da realidade social e racial brasileira como, também, de reeducação da população, dos meios políticos e acadêmicos”. (GOMES, 2005)

A lei 10.639/2003 surge no início do governo Luiz Inácio Lula da Silva, com o objetivo de implementar e discutir a inserção dos conteúdos referentes à História e a Cultura Africana e Afro-brasileira nos currículos escolares e no espaço escolar.

Atualmente a lei serve como medida para corrigir injustiças, eliminar a discriminação e promover a inclusão social e racial, como é direito de todos e como prevê a legislação brasileira. Inserir na sala de aula os conteúdos relacionados à África e ao Brasil africano é a oportunidade para combate ao racismo e a discriminação que atingem negros e afrodescendentes em nosso país. (GEAA, 2010)

Quadro 3- IBGE: 37,9% dos jovens brasileiros abandonam estudos; na Europa, índice é de 16,9%

Índice de jovens brasileiros a abandonarem estudos precocemente é maior que o dobro da taxa europeia. Entre os homens, 37,9% dos jovens entre 18 e 24 anos deixam a escola antes do tempo previsto. Na Europa, apenas 16,9% dos homens na mesma faixa etária abandonaram o estudo.

Os dados foram divulgados na manhã desta quarta-feira (28) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e são informações complementares retiradas da Pnad 2011 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). As estatísticas europeias são da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico).

Entre as mulheres, a taxa de evasão escolar é mais baixa: 26,6% das brasileiras entre 18 e 24 anos deixaram a escola antes do tempo. Na Europa, o índice feminino de evasão é de 12,4%.

Apesar da alta taxa de evasão escolar, a escolaridade média dos brasileiros nessa faixa etária cresceu entre 2001 e 2011. Os jovens estudaram em média 9,6 anos em 2011 --em 2001, a escolaridade média era de 7,9 anos. Subiu também a proporção de jovens de 18 a 24 anos que possuíam 11 anos ou mais de estudo, passando de 33,7% para 54,1%.

Evasão precoce

No entanto, a pesquisa divulgada anteriormente já havia mostrado que caiu o número de estudantes entre os brasileiros de 15 a 17 anos. Segundo a pesquisa, 83,7% dos jovens nessa idade estudavam em 2011. O número é mais baixo do que o apurado em 2009, quando a taxa era de 85,2%. Isso significa 1,7 milhão de jovens fora da escola - população equivalente à de Curitiba.

Para analistas de educação, a baixa qualidade do ensino e as altas taxas de reprovação são alguns dos fatores responsáveis pela "expulsão" do jovem brasileiro da escola. O Censo Escolar de 2011 mostra que mais de um milhão de jovens estão "presos" no ensino fundamental, e por causa de reprovações ou outros fatores, não conseguem passar de ano e chegar ao ensino médio.

Diferença racial

Apenas 35,8% dos estudantes negros ou pardos entre 18 e 24 anos estão no ensino superior. A maior parte da população negra ou parada nessa faixa etária ainda está no ensino médio (45,2%).

Já entre os brancos nessa faixa etária, a maioria dos estudantes frequenta cursos universitários (65,7%), enquanto 24,1% ainda está no ensino médio.

FONTE: UOL, em São Paulo 28/11/2012

A Lei 10.639/2003 apesar de abordar a questão que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, na sua aplicabilidade sofre problemas, especialmente os relacionados à falta de formação dos professores para trabalharem estes temas, pois a dificuldade ainda está no campo dos educadores não reconhecerem a importância da história e da cultura africana para a compreensão da história do Brasil. (BRASIL, 2003)

Apesar dos seus limites, a sua implementação auxilia a cumprir os seus objetivos, levar a reflexão sobre a discriminação racial, mudar a mentalidade preconceituosa e superar as desigualdades raciais.

Combatê-las exige, além da mobilização de setores importantes da sociedade, como ainda requer a mobilização do Estado por meio de uma estratégia que pressuponha a organização não apenas de uma, mas de um conjunto de diferentes políticas públicas.

3.2 O Movimento do Politicamente Correto

O Movimento do Politicamente Correto,

“nasceu na militância política pelos direitos civis, nos Estados Unidos, na década de 70, ele ganhou força nas universidades americanas nos anos 80 e desembarcou no Brasil pouco mais de dez anos depois. Prega que alguns termos sejam banidos do vocabulário para evitar manifestações preconceituosas de gênero, idade, raça, orientação sexual, condição física e social. A mania vem sendo incorporada pela sociedade, mas ferve o sangue de intelectuais, escritores e músicos cuja ferramenta de trabalho é justamente a palavra.” (JORDÃO, 2008)

Em 2004, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, ligada à a Presidência da República lançou o documento *Politicamente Correto & Direitos Humanos*, mais conhecido como “cartilha do politicamente correto”, com 96 palavras ou expressões consideradas pejorativas, como “beata”, “comunista”, “funcionário público”, “preto” e “anão” (QUEIROZ, 2004)

Porém, essa iniciativa foi, à época, duramente criticada na imprensa, por intelectuais, escritores e músicos cuja ferramenta de trabalho é justamente a palavra, como o professor de linguística da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Bruno Dallare, considera o PC (como é chamado o movimento) autoritário, arbitrário e cerceador. “Ele provoca efeito contrário ao que defende”, diz. “Ao seguir regras, a pessoa perde a naturalidade e se distancia do interlocutor”.

O Movimento do Politicamente Correto, diz respeito a usar a linguagem com respeito, nesse sentido, o seu conceito deveria ser substituído pelo de “linguisticamente adequado”. A atividade do movimento em favor de comportamentos politicamente corretos, além de combater o uso de termos marcados negativamente, se caracteriza também por propor a substituição de tais termos por outros, que seriam "neutros" ou "objetivos". Assim, os membros de certa comunidade étnica não devem ser chamados de "negros", mas de "afrodescendentes", por exemplo.



Figura 1 – Cartilha do Politicamente Correto & Direitos Humanos

Fonte: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2014

Embora o movimento tenha alguns méritos políticos, em relação à linguagem, comete algumas imprecisões quando considera que a troca de palavras marcadas por palavras não marcadas ideologicamente pode produzir a diminuição dos preconceitos, ainda não se possa desprezar o fato de que o discurso pode servir para realimentar as condições sociais que oferecem suporte às ideologias e aos próprios discursos. (POSSENTI; BARONAS, 2014)

De fato, o movimento em defesa de um uso politicamente correto da linguagem vem reforçar a afirmação de Bakhtin segundo a qual o signo não reflete, mas refrata a realidade, tornando-se, por consequência, uma arena da luta de classes, pelo simples fato de que revelam as forças sociais que lutam pela legitimidade de alguns discursos e pela ilegitimidade de outros. (BAKHTIN/VOLOSHINOV (1929/1981, p. 46)

Pois, o que a linguagem PC (Politicamente Correto) faz é acobertamento ideológico pelo discurso, camuflando o problema em lugar de resolvê-lo (ao darmos nomes bonitos a

coisas feias, elas nos parecerão menos feias). Assim, “recessão” passa a “crescimento econômico negativo”, “morte” vira “cessação das atividades vitais”, e “morrer” é “ir a óbito”. “Favela” se torna “comunidade carente”, e “pobreza”, “exclusão social”. Quem tem cabelo pixaim ou carapinha pode ir a um salão especializado em “cabelo étnico”. Na linguagem corporativa, chefe virou “líder”, e empregado agora é “colaborador”.

Virtude de toda essa polêmica, por decisão do Presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, ordenou-se suspensão por enquanto a distribuição da Cartilha do Politicamente Correto.

Hoje depois de muita discussão admite-se que a socialização realizada por ela, está fundamentada em arquétipos que desvalorizam e desrespeitam a diversidade étnico-racial existente no Brasil, principalmente quando se trata da relação do branco e do negro, há um reforço na idéia do branco ser mais inteligente, mais bonito e bondoso.

O preconceito na cultura brasileira é um fato. É comportamento arraigado e reproduzido, porém não pode continuar sendo aceito ou disfarçado, por isso a questão deve ser abordada abertamente, sem constrangimento.

3.3 O Preconceito no Ambiente Escolar

O documento intitulado Parâmetros Curriculares Nacionais introduziu a temática denominada Pluralidade Cultural para abordar entre outros aspectos, uma crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, provendo assim, uma discussão as práticas racistas dentro da sala de aula.

Eliane Cavalleiro constatou, em seus estudos, que assim como as falas preconceituosas, discriminatórias e racistas, as omissões e os silenciamentos também são significativos (CAVALLEIRO, 2005).

Pois, quando não encontramos a raça negra representada, nos livros didáticos, nos cartazes escolares, nos livros literários, essas omissões são significativas. Esse silenciamento em torno da raça e cultura negra na escola, nos mostra como há muitos anos a escola tem suprimido de seus conteúdos a cultura, a história as possibilidades de expressão deste povo. Assim como toda uma linguagem não verbal que também compromete a significação da raça negra, expressa em comportamentos, olhares e atitudes.

“O silêncio que atravessa os conflitos étnicos na sociedade é o mesmo que sustenta o preconceito e a discriminação no interior da escola [...]. No espaço escolar há toda uma linguagem não verbal expressa por meio de comportamentos sociais e disposições – formas de tratamento, atitudes, gestos, tons de voz e outras – que transmitem valores marcadamente preconceituosos e discriminatórios, comprometendo, assim, o conhecimento a respeito do grupo negro”. (CAVALLEIRO, 2000, p. 98).

Esses elementos conjugados no ambiente escolar trazem sérias consequências aos educandos negros e brancos, segundo a pesquisadora Eliane Cavalleiro, nos negros, contribuem para a construção de um sentimento de inferioridade racial, intelectual, estética, moral e de inadequação social, tais como: medo, vergonha e raiva de ser negro. Ao contrário, nos educandos brancos, geram sentimentos de superioridade racial, intelectual, estética e moral e dificuldades de relacionamento com indivíduos negros, contribuindo assim, para a formação de cidadãos racistas.

Esses sentimentos contraditórios geram atitudes de competição, de agressividade e de violência no cotidiano escolar. Além do que, também é uma das causas da evasão escolar de parte significativa da população negra.

O ambiente escolar é um espaço impregnado de um racismo silencioso, fundamentado na cristalização das imagens negativas, presentes no imaginário social, cuja criança negra é a maior vítima, por isso, faz-se necessário conhecer a qualidade do processo de socialização vivenciado por elas. (CAVALLEIRO 2003, p. 21).

Portanto, comunicação de significados implica na relação de pessoal dentro de uma comunidade; sempre nos dirigimos ao outro, e o outro não tem apenas um papel passivo; o interlocutor participa ao atribuir significado à enunciação. Bakhtin entende que a linguagem é social; ela é essencial para a existência humana. De acordo com sua teoria, não é a experiência que organiza a expressão; na verdade, a expressão precede e organiza a experiência, dando-lhe forma e direção. (KRAMER, 2004 p. 498)

A existência do racismo, do preconceito e da discriminação racial na sociedade brasileira e, em especial, no cotidiano escolar acarreta aos indivíduos negros: auto-rejeição, timidez, pouca ou nenhuma participação em sala de aula; ausência de reconhecimento positivo de seu pertencimento racial; dificuldades no processo de aprendizagem; recusa em ir à escola e, conseqüentemente, evasão escolar. Para o aluno branco, ao contrário acarretam: a cristalização de um sentimento irreal de superioridade, proporcionando a criação de um círculo vicioso que reforça a discriminação racial no cotidiano escolar, bem como em outros espaços da esfera pública (CAVALLEIRO, 2005, p. 12).

Esse tratamento preconceituoso e discriminatório na escola promove sérias consequências ao aluno negro, a sua identidade e a construção de uma consciência de pertencimento racial positivo.

Dissimulações, apelidos, xingamentos, ironias consolidam a perpetuação de preconceitos e discriminações raciais latentes. Situações nas quais estudantes negros (as) são tratados (as) por seus colegas e/ou professores(as) com termos preconceituosos ou discriminatórios sinalizam a reiterada prática de investida contra a humanidade dos primeiros, numa tentativa de transformá-los em animais irracionais ou coisas, não sujeitos sociais: “urubu”, “macaco”, “picolé de asfalto”, “a coisa está preta”, “humor negro”, “carvãozinho”, “filhote de cruz-credo”, etc. (CAVALLEIRO, 2005, p. 13).

Essa linguagem comumente utilizada no ambiente escolar e na sociedade reforça a existência de um lugar desigual para o negro e naturaliza este tratamento.

Então na escola, por conta do estigma criado pelo racismo, a criança negra, na convivência com os colegas e educadores, constantemente é atingida por palavras, piadas e brincadeiras não neutras, que a coloca em uma posição desconfortável de humilhação, desvalorização ou invisibilidade que não fica muito difícil perceber que aquele lugar não foi feito para ela.

A análise de tais situações nos permite pensar que a ausência de coleguismo, a falta de afetividade, aliados ao despreparo dos professores para lidar com a questão racial leva-nos a optar pelo silêncio diante de conflitos étnicos. A naturalização das ofensas étnicas são fatores que contribuem para manutenção de práticas do racismo e da discriminação que minam a autoestima dos alunos afro-brasileiros influenciando na decisão de abandonar a escola.

A compreensão da palavra exteriorizada é resultado do confronto da interpretação que proporciona uma reavaliação, uma modificação e o surgimento de um novo signo na consciência, uma nova palavra interior, resultado evolutivo do contato e assimilação pelo sujeito da fala do outro.

Educadores que até então adotavam o silêncio como forma de não enfrentar os conflitos, por omissão ou por falta de preparo, se quiserem poderão iniciar uma. Discussão linguística, por exemplo, sobre a questão de como incluir o trabalho formal com a gramática tradicional em nossas salas de aula, sem transformar o nosso ensino num ensino puramente normativo, pois somente poderá ser resolvida a partir de uma reflexão teórica sobre a linguagem capaz de abarcar a realidade linguística multifacetada presente na sala de aula. (FARACO, 2008)

Uma das estratégias para desconstruir e combater idéias preconceituosas no ambiente escolar é não fechar os olhos, a boca e os ouvidos para as situações e circunstâncias em que elas ocorrem, e assim se posicionar com conhecimento e compromisso de mudar a mentalidade.

Neste caso a tarefa preliminar e mais importante é a renovação das mentes dos professores, pois esta transformação nos fará pensar e agir como verdadeiros educadores, capazes de intervir pedagogicamente nas relações étnico-raciais, promovendo um ambiente onde todas as crianças tenham as mesmas condições de aprendizagem, contribuindo assim para a construção de uma sociedade democracia e justa. (MUNANGA 2005, p. 17)

É fundamental, para um desenvolvimento tranquilo, que a criança se sinta valorizada pelo seu corpo, seu intelecto e sua moral. Essa seria a primeira estratégia para eliminação do racismo, pois é essa experiência de valorização que o preconceito racial tenta impedir na criança e no jovem negro. (CARMO 2006 p. 01)

A escola enquanto instituição responsável pela produção e divulgação do conhecimento e do saber tem por obrigação discutir, articular e definir ações permanentes sobre uma educação inclusiva e multicultural. Mais do que isso é necessário ter uma ação contínua de combate a qualquer tipo de discriminação. (SISMMAR, 2010)

Para tanto, no quadro 4 procurou-se citar algumas sugestões da pesquisadora Edna Aparecida Coqueiro em seu trabalho “Educação para as Relações Étnico-Raciais: A naturalização do preconceito racial no ambiente escolar – Uma Reflexão necessária, para ser trabalhada em palestras, cursos de capacitações e reuniões.

Quadro 4 Elaboração de estratégias para desnaturalizar o preconceito racial no ambiente de trabalho da SEED-PR

AÇÕES ESTRATÉGICAS
<ul style="list-style-type: none">- Abordar sobre a contribuição dos africanos na formação da cultura de outros povos, em especial a cultura brasileira;- Superar a ideia de que o fim da escravidão foi um presente da Princesa Isabel;- Realizar oficinas de literatura com histórias africanas, proporcionando momentos de reflexões para que os profissionais brancos e negros construam uma convivência livre do preconceito;- Refazer as frases com conotação negativa usando de criatividade: paródias, artes visuais, cartazes e etc.- Promover eventos, como por exemplo: Semana África – Brasil e / ou África e Brasil ontem e hoje, com exibição e debates sobre filmes, palestras com militantes dos movimentos negros e organizações afins.- Sugestões de filmes e documentários que tratam sobre o tema.

Outra estratégia ricamente produtiva é buscar conhecimento para a realização dos propósitos tanto da **Lei 10.639/03**, que tornou obrigatório o ensino da História da África e dos afrodescendentes, quanto do parecer 03/04 do CEE/ PR: dar ênfase à História e Cultura Africana e Afro-brasileira, não por entender como uma imposição da lei, mas por compreender que todo educador é agente da conservação ou da transformação de pensamentos, valores e princípios.

“A Lei 10.639/03 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no Currículo Oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileiras” e dá outras providências” (BRASIL, 2003)

Desta forma os professores poderão utilizar-se pedagogicamente das circunstâncias que ocorrem no cotidiano, das próprias expressões pejorativas para desfazer toda essa construção perversa e ensinar através da riqueza cultural, política e social da África trazida para o Brasil pelos negros africanos. Ainda poderão discutir a respeito da diversidade étnica e cultural, possibilitar por meio de oficinas de artes, teatros, leituras, músicas e filmes, o contato e a apreensão de conteúdos da cultura africana e afro-brasileira que até então estão excluídos dos currículos pela cultura dominante. Proporcionar ainda uma aprendizagem que promova o reconhecimento e a valorização da contribuição africana na formação da identidade da nação brasileira. (PEREIRA, 2010 p. 28)

Nesse contexto, a escola é uma instituição social importante no processo de socialização do indivíduo e um espaço que agrega múltiplas relações, tem desempenhado o papel de reproduzir o pensamento dominante, afirmando que não existem tratamentos diferenciados, não existem preconceitos e discriminações em seu interior.

Afirmações como estas confirmam o que já foi dito anteriormente; a escola por reproduzir as ideologias dominantes tem grande responsabilidade na manutenção das teorias racistas, da ideologia do branqueamento, como também na preservação do mito da democracia racial.

4 BREVES DISCUSSÕES LINGUÍSTICAS

A partir desse contexto, o pensamento filosófico do Círculo de Bakhtin sobre o conceito da língua como signo ideológico, e os fundamentos filosóficos da linguagem como a função social do sujeito que como tal, se deve incluir fatores externos a ela para que possa elaborar uma análise linguística.

Esses Fatores são analisados de acordo com o contexto da fala, com a relação que existe entre o falante e seu o ouvinte, observando ainda o seu momento histórico, onde a palavra é uma ponte utilizada entre esses dois sujeitos, por isso é um objeto fundamental para os estudos das ideologias.

Como a língua é dinâmica, pois reflete as mudanças que ocorrem na sociedade, os enunciados segundo o Círculo de Bakhtin, nunca terão os mesmos sentidos depois de processados dialogicamente, pois, na medida em que quem me ouve (ou lê), realiza sinapses mentais com os terceiros que povoam os seus pensamentos, buscando em seus arquivos mentais, vozes carregadas de inúmeros conteúdos argumentativos que o habilita a concordar ou discordar do meu discurso linguístico.

Essas vozes, carregadas de conteúdos devidamente selecionados, capacitam-no a encontrar o caminho que irá conduzi-lo a um diálogo interno que resultam em influencias que ao serem externadas, como no ato de falar, por exemplo, usará a palavra como uma ferramenta útil para conduzir ou seu comportamento diante da vida e de seus pares no intuito de perpetuar as padronizações sociais.

Nesse contexto, os estudos de Carlos Alberto Faraco além de abordar a pedagogia de ensino da língua Portuguesa, tanto do fator linguístico quanto nos desafios de ensiná-la, apresenta-nos seus conceitos de norma culta, norma padrão e norma gramatical, bem como da história da gramática, e da questão da língua portuguesa dentro do Brasil desde o surgimento do país.

Além disso, apresentou-se a influência da língua sobre as relações sociais discutidas por Maria Aparecida Silva Bento, e trajetória por qual passou os Movimentos Sociais Negros no Brasil e a polêmica criada pelo decreto do então Presidente Lula do uso da “Cartilha do Politicamente Correto e Direitos Humanos” de Antônio Carlos Queiroz, um pensamento que não se sustentou, na medida em que foi recebida por alguns acadêmicos e representantes dos Movimentos Sociais como um produto da manipulação da linguagem, como um meio de censura e com o objetivo de camuflar a intolerância linguística, em detrimento de mascarar outras intolerâncias e preconceitos de que é vítima a população negra no Brasil.

A educação completa o ciclo das argumentações discutidas, na medida em que às suas políticas e práticas sociais em suas múltiplas linguagens oferecem meios para que as suas diferentes vozes manifestem os efeitos produzidos pelas intencionalidades das palavras no ambiente escolar.

Observou-se que a respeito do caráter interdisciplinar da língua e da linguagem e suas diferentes concepções como a representação do pensamento, a ação, instrumento, ou ainda, um modo de “ser humano”, torna o ambiente escolar perfeito para a promoção de estudos sobre a linguagem na educação, as ideologias contidas nas palavras, seus os efeitos preconceituosos produzidos pelas intencionalidades de seus conteúdos racistas e discriminatórios sofridos pelos afrodescendentes dentro e fora da sala de aula.

É importante salientar que o trabalho procurou abordar ainda os conceitos e problemas relacionados a esse contexto, como: o uso da linguagem nos círculos sociais da criança, como a família e a escola; a diferenciação entre os processos de alfabetização e de letramento; o modo como a linguagem comum e a científica expressam a experiência humana e o mundo; a linguagem como ação, em que o professor precisa reconhecer as linguagens corporal, social e moral como forma de interação em sala de aula.

Ainda sobre o preconceito no âmbito escolar, os dados obtidos por meio das pesquisas bibliográficas selecionadas, indicaram que é relevante refletir sobre a naturalização do preconceito racial no ambiente escolar e realizar ações que venham construir a identidade e consciência racial do afrodescendente no Brasil”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho procurou demonstrar, como tema principal, as diversas formas que o racismo encontrou por meio das palavras, a dissimulação das intencionalidades discriminatórias reafirmadas em cada termo ou frase construídas ao longo do tempo com o objetivo de disseminar o preconceito.

Diante do exposto buscou-se, por meio de revisão bibliográfica, vários argumentos de autoridade que fundamentassem e concomitantemente reforçassem a necessidade de se refletir sobre o tratamento dado ao preconceito que existe por trás da língua, pois como toda ideologia, a da desigualdade entre as raças foi construída e é reconstruída nas relações estabelecidas entre os homens através da história da humanidade.

Para tanto, este trabalho convida o leitor a uma viagem Mas ainda apresentar a necessidade de se discutir as práticas pedagógicas que tratam acerca da discriminação racial com o intuito de banir o racismo da escola e da sociedade.

Em termos discursivos, o politicamente correto representa uma tendência à democratização dos discursos, na medida em que se observa um atenuamento das hierarquias nas interações verbais, mesmo nas eminentemente formais; na simplificação das normas conversacionais e numa espécie de conversacionalização: gêneros discursivos orais e escritos que se alinham ao modelo de uma conversa sobre trivialidades entre amigos.

É necessário tomar consciência dessa realidade para que se possa efetivamente fazer transformações e educar para a igualdade. A sociedade que fala é a dominante, um exemplo claro ocorre na resistência das elites brasileiras em reconhecer e valorizar o que era originariamente brasileiro, fruto da miscigenação racial e revela que o preconceito étnico, também servia e serve, para manter e reproduzir as classes sociais.

Somente com o fortalecimento do ensino público, universal e de qualidade, é um fundamento da cidadania, uma garantia de um espaço público, sem o qual não há possibilidade de realização de construção de uma sociedade menos desigual. A reduzida mas efetiva formação de uma classe média negra no Brasil foi fruto da existência de escolas públicas de qualidade, que permitiram a extratos desprivilegiados da população capacitarem-se para a competição no mercado de trabalho. Contudo, se a promoção da igualdade racial passa por escolas de qualidade, ela necessita também de políticas específicas e a organização de políticas públicas que atender essa demanda.

Uma reflexão crítica em torno da questão étnico-racial se faz necessária no sentido de promover esse debate no ambiente escolar. Pois os (as) professores (as) ou profissionais da

área não devem silenciar diante dos preconceitos e discriminações raciais. Antes, devem cumprir o seu papel de educadores (as), construindo a igualdade racial no cotidiano em seu ambiente de trabalho.

O preconceito linguístico demonstra o profundo preconceito racial e social presentes na sociedade brasileira.

Desta forma, o desafio diário de todos é tratar as questões raciais no cotidiano do trabalho e no ambiente escolar de forma a promover discussões as quais resultem em soluções que levem a desarmar os mecanismos sociais que desencadeiam as transmissões e a manutenção do preconceito e da discriminação provocando a exclusão social do negro no Brasil.

Desvelar e desmontar as armadilhas do racismo que se encontra por trás das palavras, é como combater em um campo minado, onde desarticular o preconceito carregado no íntimo de cada termo ou frase é uma missão a que todos estão convocados a cumprir.

Para exercê-la, basta utilizar a ferramenta mais importante de seu equipamento de segurança, “o conhecimento”, instrumento que impede o mecanismo de acionar o seu poder de destruir o que há ainda de humano em cada um de nós, a capacidade de reconhecer no olhar do outro, os caminhos que levam a superação e eliminação dessa cultura rompendo as barreiras que impedem o reconhecimento da igualdade humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção Biblioteca Universal).

_____. **O problema do conteúdo, do material e da forma**. *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do Romance*. Trad. Aurora Fornoni Bernardini et al. São Paulo: UNESP-Hucitec, 1988. pp.13-70.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Cidadania em Preto e Branco: discutindo as relações raciais**. São Paulo: Ática, 2003.

BRASIL **Lei Federal nº 10.639** de 09 de janeiro de 2003 que altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “*História e cultura Afro-Brasileira*”, e dá outras providências. Brasília, 2003.

CARMO, Josué G. B. **As Dimensões do Preconceito Racial: Educação e Literatura**. Artigo Científico, 2006. <http://paginas.tera.com.br/educação/Josué/index%20150.htm>.

CARVALHO, José Murilo. (1996). **A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombra: a política imperial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Relume Dumará, 1997.

CAVALLEIRO, Eliane. **Introdução. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 11-18. (Coleção Educação para Todos).

_____. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**. São Paulo: Contexto, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 9ª edição. São Paulo: Ática, 1997.

COQUEIRO, Edna Aparecida. **A naturalização do preconceito racial no ambiente escolar: Uma reflexão necessária**. Curitiba, PDE - IES (UFPR) - Núcleo de Educação, 2008.

DI FANTI, M. G. C. **A linguagem em Bakhtin: pontos e pespontos**. Artigo publicado In: VEREDAS – Revista Est. Ling. Juiz de Fora, v 7, n. 1 e n. 2, p. 95-111, jan / dez. 2003.

FARACO, Carlos Alberto. **A linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin**. Curitiba, Criar Edições, 2003.

_____. **Norma culta Brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. **Pesquisa Aplicada a Linguagens: Alguns desafios para um novo Milênio**. Curitiba, Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, D.E.L.T.A.17 Especial, 2001.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso: Reflexões Introdutórias**. 2ª edição. São Carlos: Caraluz, 2007.

FRANCHI, C. (1977) **Linguagem – atividade constitutiva**. Cadernos de Estudos Lingüísticos, 22: 9-39, Jan./Jun. 1992. Campinas: IEL/Unicamp.

FERREIRA, Aurélio. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4.ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2009.

GEAA - GRUPO DE ESTUDOS AFRICANIDADES DE ARAUCÁRIA. **Caderno Temático: SISMMAR – Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária – Pr. 2010**.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão**. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei Federal nº10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, Ed. 34, 2002.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2002. **Série Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica** n. 11, 2003.

JORDÃO, Claudia. **A invasão do politicamente correto**. ISTOÉ, São Paulo, n.2027, 10 set., 2008.

Jornal do **Brasil**. Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2001. p.8.

Jornal **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 de agosto de 2001, p. A2.
_____. São Paulo, 11 de novembro de 2002.

Jornal **O Globo**. Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2001, p. 6.

KRAMER, Sonia. **Linguagem, cultura e alteridade**. *Para ser possível uma educação depois de Auschwitz, é preciso educar contra a barbárie*. Enrahonar, Barcelona, v. 31, p. 149-159, 2000.

KRAMER, Sonia. **Professoras de Educação Infantil e Mudança: Reflexões a partir de Bakhtin**. (In Cadernos de Pesquisa, v.34, n. 122, maio / ago 2004).

MENEZES, Maria Edna. **Reflexos negros – a imagem social do negro através das metáforas**. Minas Gerais: UFMG – Estudos Lingüísticos, 2009.

MOURA, Carlos Alves; BARRETO, Jônatas Nunes. **A Fundação Cultural Palmares: III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**. Brasília: Fundação Cultural Palmares (FCP), 2002, p. 67.

MUNANGA, Kabengele (org). **Superando o Racismo na Escola - 2ª edição**. Ministério da Educação, Secretaria da Educação e Diversidade, 2005.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.) **SANKOFA, Resgate da Cultura Afro-brasileira**. Rio de Janeiro: Seafro, 1994.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

PEREIRA, Paula de Abreu. **Racismo, Preconceito e Discriminação Racial: A palavra na construção de sentidos**. (In: Anais do IX Encontro do CELSUL, Universidade do Sul de Santa Catarina). Palhoça, SC, out. 2010.

POSSENTI, Sírio. & BARONAS, Roberto Leiser. **A Linguagem Politicamente Correta no Brasil: Uma Língua de Madeira?** www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1070 Acessado em 25/09/2014.

QUEIROZ, Antônio Carlos. **Politicamente correto e direitos humanos**. Brasília: SEDH, 2004. 88p.

RIBEIRO, Luis Filipe. **O conceito de linguagem em Bakhtin : uma conferência para os alunos de Letras**. Rio de Janeiro, UENF - Universidade Federal Fluminense. 27 a 29 de novembro de 2006.

ROCHA, L. C. P. **Políticas Afirmativas e educação: a Lei 10.639/03 no Contexto das Políticas Educacionais no Brasil Contemporâneo**. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SOUZA, I. S, MOTTA, F. P. C, FONSECA, D; **Estudos sociológicos e antropológicos**. São Paulo; 2002.

TELES, Carolina de Paula. **Linguagem Escolar e a Construção da Identidade e Consciência Racial da Criança Negra na Educação Infantil**. (In: Revista Anagrama – Revista Interdisciplinar da Graduação – Ano 1 –Edição Junho/ Agosto de 2008).

TRINDADE, Alexandro Dantas. **“Questão Nacional” e “Questão Racial” no Pensamento Social Brasileiro**. Curitiba, DECISO/UFPR, NEAB/UFPR, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.- COORDENAÇÃO DE INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA – NEAB (NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS). **Curso de EaD de Qualificação Profissional em Educação das Relações Étnico-Raciais**. Curitiba, UFPR – NEAB: Vol.1, 2 e 3. 2014.

VOLOCHÍNOV, V. N. (1929) **Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 5ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MARIA DAISE TASQUETTO RECH

LINGUAGEM - O PRECONCEITO POR TRÁS DAS PALAVRAS - Uma análise de termos que expressam o racismo

Monografia apresentada ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB, da Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, como requisito à obtenção do Certificado de Conclusão do Curso de Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais pela Universidade Federal do Paraná.

Nota: 9,0

Aprovada em: _27__de__março de 2015.

PARECERISTAS:

Profa. Dra. Suzete de Paula Bornatto - UFPR - Orientadora

Profa. Dra. Nádia Gaiofatto Gonçalves –UFPR

PARECER NEAB/01

Título: LINGUAGEM: O PRECONCEITO POR TRÁS DAS PALAVRAS – UMA ANÁLISE DE TERMOS QUE EXPRESSAM O RACISMO

Autora: Maria Daise Taschetto Rech

A monografia faz uma boa incursão pela temática das relações étnico-raciais, abordando o histórico e a legislação. Ao escolher tratar do preconceito expresso na linguagem, aponta para a necessidade de discussões sobre a língua que extrapolam o mero ensino gramatical ou o aprendizado de uma norma. Nesse sentido, é uma importante contribuição.

A autora fundamenta suas reflexões linguísticas no “Círculo de Bakhtin” (que, no entanto, não existe como autor coletivo e não deveria aparecer assim nas referências), com a intermediação de Faraco. A argumentação é circular, sem se aprofundar na análise dos termos, conforme prometia o título, ou nas expressões mais frequentemente ouvidas no ambiente de trabalho, que havia sido um caminho apontado nas orientações. Assim, não há propriamente um avanço ou um diálogo em relação ao trabalho de Queiroz (citado como 2008, mas referido como 2004), apenas o reforço da problematização.

No que concerne especificamente à linguagem, as falas de Dallari (professor da UFPR, não mais da PUC-SP) e de Possenti/Baronas são vozes dissonantes que não provocam nenhuma consequência na argumentação da autora, não são “respondidas”. Por fim, o texto deveria ter tido uma revisão mais atenta para questões formais, o que ainda pode ser feito antes do arquivamento pelo NEAB.

Nota: 8,0

Curitiba, 27 de março de 2015.

Suzete P. Bornatto/ ED/DTPEN

PARECER - MONOGRAFIA

Autora: MARIA DAISE TASQUETTO RECH

Título: LINGUAGEM: O PRECONCEITO POR TRÁS DAS PALAVRAS – UMA ANÁLISE DE TERMOS QUE EXPRESSAM O RACISMO

Monografia apresentada ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB, da Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, como requisito à obtenção do Certificado de Conclusão do Curso de Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais pela Universidade Federal do Paraná.

O trabalho de Maria Daise aborda tema e problemática relevantes, pertinentes ao foco do Curso, e demonstra-se bem fundamentado. No geral está bem escrito – necessitando de poucas correções de escrita e formatação – e organizado, em sua estrutura. O final do título, porém, parece ser desnecessário, porque embora seja algo abordado no decorrer do trabalho, a monografia não se restringe a esta questão, por isso o título sugere uma discussão menor do que a que a autora contempla.

A autora, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, aborda a presença do preconceito na linguagem, seja como discutido no meio acadêmico, em movimentos sociais e iniciativas governamentais – como a Cartilha do Politicamente Correto –, e no ambiente escolar, sugerindo ações necessárias para a reflexão acerca do preconceito linguístico.

Como trabalho de monografia da Especialização, atinge os objetivos propostos e pode contribuir para que interessados no tema e comunidades escolares reflitam, de forma fundamentada, acerca das permanências do preconceito na sociedade, e de suas manifestações por meio da linguagem, colaborando para possíveis ações a este respeito.

Nota: 100

Aprovada em: 09 de março de 2015.

PARECERISTAS:



Profa. Dra. Nadia G. Gonçalves – UFPR – Parecerista